

PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

TEXTO BASE

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Rio de Janeiro, 2015



TEXTO 1

ÁGUA, O PRINCIPAL RECURSO

O desenvolvimento da economia mundial de forma globalizada promove profundas reflexões e grandes modificações nas sociedades em geral, nos governos e nos meios técnicos. Nesse quadro, torna-se praticamente universal a necessidade urgente e imperiosa de promover o desenvolvimento em bases sustentáveis, dentro do qual assume ênfase particular às questões ambientais e os recursos hídricos.

A água, elemento essencial à vida, vem sendo paulatinamente valorizada nos territórios onde sua posse significa poder econômico ou político. Onde a água é encontrada em relativa abundância tem havido descuidos e desperdícios. Por conta destes, já há reflexos de escassez, com destaque para a degradação de sua qualidade, em níveis incomuns, em especial em áreas urbanas.

O contexto mundial, em geral, e de grandes metrópoles como a cidade do Rio de Janeiro, em particular, caracteriza-se pela evolução de um modelo de produção relativamente protegido para um sistema aberto caracterizado por imperativos de produtividade e competitividade determinados pelo mercado. Nesse quadro, o uso racional dos recursos hídricos aliado à preservação de sua qualidade é um imperativo para usufruto de uma boa qualidade de vida com desenvolvimento sustentável.

A Gestão de recursos hídricos através do planejamento do seu uso em unidades de áreas caracterizadas pelas bacias hidrográficas visa conciliar a expansão socioeconômica urbana integrada à proteção e monitoramento dos recursos naturais, bem como formular normas e padrões na busca da sustentabilidade, através de uma gestão participativa, mediando o conflito de interesses gerados pelos múltiplos usos e pelos usuários de água.

As preocupações com os graves problemas ambientais e socioeconômicos que o acelerado processo de ocupação e desenvolvimento vem provocando nas diversas bacias hidrográficas do Município suscitam a tomada de decisões para a recuperação desses ecossistemas, já fortemente degradados, que contemplem intervenções distribuídas por todas as sub-bacias hidrográficas municipais, voltadas para a preservação da qualidade e quantidade dos recursos hídricos do Município, a partir da diminuição das atuais cargas poluidoras, da proteção de suas nascentes e áreas lindeiras e do estabelecimento do uso racional desses recursos.

O uso racional da água disponível - captação de chuvas, de rios, subterrânea ou de reuso, já não constitui mais uma questão de sobrevivência humana ou de proteção do quadro ambiental em geral, mas uma condição básica e fundamental para superar os problemas de escassez hídrica que afligem a população e alcançar uma boa qualidade de vida, em condições de sustentabilidade.

(SMAC)

TEXTO 2

MONITORAMENTO DO AR

O inventário de fontes de emissão no estado do Rio de Janeiro, de 2004, aponta o tráfego veicular como responsável por 77% das emissões de poluentes atmosféricos. O aumento da frota veicular nos últimos anos refletiu uma tendência na elevação das emissões de poluentes atmosféricos. Esse aumento motivou a criação do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE resultando na melhoria da qualidade dos combustíveis, que associado ao avanço da tecnologia automotiva, contribuiu para a redução da poluição causada por fontes veiculares.

Entre os poluentes monitorados pela rede municipal, destacam-se o dióxido de enxofre (SO₂) e as partículas inaláveis (PM₁₀). Estes apresentam padrão de qualidade do ar como média anual e uma série histórica de dados com início no ano 2000. As tendências de evolução da qualidade do ar no município podem ser observadas através das concentrações anuais destes poluentes para o período de 2000 a 2014. Nesse âmbito, o SO₂ e o PM₁₀ podem ser considerados parâmetros representativos da qualidade do ar no município.

As concentrações médias anuais de SO₂ apresentaram declínio ao longo dos anos de monitoramento. Apesar da elevação nas concentrações do poluente em 2012, o comportamento da série de dados indica tendência de queda ou estabilidade nas medições. Os resultados observados apresentam valores de concentração abaixo dos padrões de qualidade do ar estabelecido pela legislação vigente.

O comportamento da série histórica para o poluente PM₁₀ apresenta tendência de queda nas concentrações, com estabilidade para os valores medidos na estação de Copacabana. O material particulado é composto de partículas de material sólido ou líquido que ficam suspensas no ar, na forma de poeira, neblina, fumaça, fuligem e outras, com dimensões menores que 10 micrômetros. A saúde humana pode ser comprometida pelo material particulado de várias formas, pois o grau de penetração das partículas no trato respiratório superior depende de seu tamanho e de sua velocidade de penetração. Embora tenha ocorrido um aumento na frota de veículos, as ações previstas nas diferentes fases do PROCONVE, a implantação de um programa estadual de vistoria veicular, as atividades de fiscalização e controle ambiental, investimentos em transporte alternativo, como no caso das ciclovias, e a ocorrência de fatores locais, influenciaram na redução nas concentrações dos poluentes atmosféricos ao longo dos últimos anos.

(SMAC)

TEXTO 3

MUDANÇA CLIMÁTICA

Mudança climática se refere à variação do clima em escala global ou dos climas regionais da Terra ao longo do tempo. Isso acontece devido a um constante aumento na concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera. Tal aumento tem sido provocado pelas atividades do homem que produzem emissões poluentes excessivas para a atmosfera. Entre os gases do efeito estufa que estão aumentando de concentração, o dióxido de carbono (CO₂), o metano e o óxido nítrico são os mais importantes. Devido à quantidade com que é emitido, o CO₂ é o gás que tem maior contribuição para o aquecimento global.

As variações do clima dizem respeito a todos nós, afetando todos os países e cidades. No entanto os países em desenvolvimento são os países mais afetados pelas mudanças do clima, pois pela sua condição carecem de estruturas de suporte às mudanças.

As cidades de todo o mundo já sofrem com os impactos das mudanças, que incluem temperatura, precipitação, elevação do nível do mar, inundações, períodos secos mais prolongados, alteração na conformação de costa, poluição atmosférica e ocorrência de eventos hidrometeorológicos extremos.

A Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro, por meio da Gerência de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, tem desenvolvido, ao longo dos anos, projetos que visam à redução das emissões de gases de efeito estufa:

1. Elaboração do 3º Inventário de Emissões de GEE da Cidade do Rio de Janeiro

Elaborado dentro do novo padrão internacional para inventários estabelecido pelo Banco Mundial, WRJ, ICLEI, com dados mais

precisos, confiáveis e comparáveis. Primeira Cidade da América Latina a ter esse modelo de inventário.

2. **Verificação do Inventário de Emissões de GEE, pela DNV Instituição credenciada pela ONU**
O objetivo é o reconhecimento a nível internacional do Inventário de Emissões de GEE da Cidade.

3. **Projeto de Implantação do Sistema de Registro e Monitoramento de GEE (SMAC/IPP), com recursos técnicos e financeiros do Banco Mundial – IPP/IPCAN**

Consiste na implantação de um sistema para atualizar regularmente o inventário da cidade e monitorar e registrar a eficácia da política municipal de redução de emissões e acompanhar as metas de redução de GEE. O Rio é a primeira megacidade do hemisfério sul a ter esse sistema de monitoramento.

4. **Projeto de Resiliência – Fundação Rockefeller COR-RIO**
Elaboração de um plano de resiliência da cidade a fim de aumentar sua capacidade de resistência e diminuir as vulnerabilidades decorrentes dos impactos às mudanças climáticas. Objetiva incorporar conhecimentos científicos sobre o clima e identificar tendências e inovações urbanas.

5. **Projeto Balanço Energético do Município do Rio de Janeiro – 1ª Cidade**
Consta do mapeamento de toda a cadeia energética da cidade, analisando suas perdas de energia em cada setor.

6. **Projeto de Eco Eficiência do CASS e do Anexo da Sede da Prefeitura**
É projeto inédito que constou da elaboração de um Diagnóstico de Eco Eficiência e Sustentabilidade para a adoção de medidas de redução de custos e otimização de recursos nas áreas de eficiência energética, gestão de resíduos e uso e reuso de água

7. **Projetos Escolas Sustentáveis – SMAC/SME – Educação Ambiental**

Implantação de equipamentos sustentáveis em seis escolas da rede municipal como telhado verde, iluminação fotovoltaica, eólica, horta comunitária, complementado por ações de educação ambiental através de treinamento e capacitação de alunos, professores, comunidade e a elaboração do inventário de emissões de GEE em cada uma das seis escolas.

8. **Plano de Adaptação – iniciado pela COPPE - resumo**
Identificar e mapear o perigo e a exposição, determinar a sustentabilidade e avaliar a vulnerabilidade da Cidade do Rio de Janeiro com relação às Mudanças Climáticas.
Identificar e selecionar ações estratégicas de adaptação, passíveis de serem aplicadas na CRJ:

- Clima/ Habitação/ Uso do Solo
- Infraestrutura de Transporte e Mobilidade Urbana
- Elevação do nível do mar
- Saúde

As cidades podem oferecer oportunidades para enfrentar os novos desafios impostos pelas mudanças climáticas, por intermédio da geração de conhecimento e inovação para a definição e implementação de medidas de mitigação – atuando na causa, de forma a evitar o incontornável – e de adaptação - atuando nas consequências, ao gerir o inevitável – e também resiliência – lidando com as adversidades.

A sociedade tem adotado certa inércia frente à questão das mudanças climáticas, por um lado devido ao desconhecimento do fenômeno, como por outro, devido ao afastamento generalizado da vida política. A não percepção das conexões existentes entre nossas opções cotidianas de locomoção, a emissão de gases de efeito estufa e o

consequente aumento da temperatura da Terra, entre outros, têm progressivamente contribuído para as mudanças do clima. (SMAC)

TEXTO 4

A MATA ATLÂNTICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

No Município do Rio de Janeiro a vegetação original era Mata Atlântica em variadas formações com predominância de florestas, mangues, lagoas, costões rochosos e restinga. As sucessivas formas de ocupação com extração de madeiras, ciclo da cana de açúcar, do café, ocupação com atividades industriais, moradias, reduziram a cerca 30% a cobertura de Mata Atlântica, em diferentes estágios de preservação ou regeneração.

O PDAU, Plano Diretor de Arborização Urbana, em fase de elaboração, atualmente em fase consulta pública (participe clicando <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5560381/4146113/PDAUtotal5.pdf>) estimula o plantio de espécimes de Mata Atlântica na arborização urbana.

No entanto ainda permanecem fragmentos significativos ou espécimes isolados de Mata Atlântica nativos espalhados como pequenos tesouros em todo o Município e é importante que estes fragmentos e espécimes sejam todos mapeados e preservados.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente elaborou o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Mata Atlântica (acesse <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5038768/4138246/PMMAp.pdf>), mapeando em todo o Município os principais locais com vegetação de Mata Atlântica, mas ninguém melhor que quem mora, trabalha ou estuda no Rio para ajudar a levantar com detalhes e preservar estes tesouros ambientais e para isso a sua participação é fundamental.

Para ter uma participação eficaz, a população precisa saber onde e a quem levar seus pleitos e acompanhar o desenvolvimento das ações necessárias para preservar o que temos de Mata Atlântica.

Durante as discussões do grupo de trabalho sobre este tema é importante que fiquem claros quais são as atitudes e os instrumentos disponíveis para que a população possa atuar de forma proativa para a preservação e recuperação dos fragmentos de Mata Atlântica da cidade do Rio de Janeiro.

(Baseado no texto encaminhado pela FAMRIO)

REFLORESTAMENTO

Ao longo dos últimos 28 anos o Programa municipal de reflorestamento tem promovido a recuperação das áreas degradadas da Cidade do Rio de Janeiro. Até o final de 2014 foram implantados mais de 3.100 hectares com o plantio de mais de nove milhões de mudas. O Programa atua hoje em 80 frentes de reflorestamento, das quais a maioria se situa em áreas diretamente associadas à presença de comunidades carentes, onde se estabelece parceria entre o poder público e os moradores locais, que participam diretamente da implantação dos projetos. Atualmente, contabiliza-se mais de 800 participantes comunitários no município. Desde o seu início, o Programa implantou mais de 150 projetos em áreas degradadas da cidade. Além das encostas, áreas de manguezais e restingas também são beneficiadas com intervenções de recuperação.

Nos projetos de reflorestamento são utilizadas cerca de 150 espécies arbóreas, sendo essencialmente as nativas da Mata Atlântica. As mudas são produzidas em cinco Viveiros Florestais: Fazenda Modelo, Campo Grande, Grumari, Parque Vila Isabel e Horto Rizzini. Em conjunto, essas unidades alcançam um potencial de produção superior a 1.000.000 mudas/ano. Está em fase de construção uma sexta unidade com capacidade para duplicar a produção global de mudas.

Os *Planos Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012* e *2013-2016* determinam nas suas diretrizes do Meio Ambiente, o desenvolvimento de um extenso programa de reflorestamento na cidade com ênfase nos maciços da Tijuca e da Pedra Branca, definindo a implantação de 1.500 hectares de reflorestamento no período.

Atualmente, para o alcance das metas estabelecidas no Plano Estratégico, o Programa implementa seus projetos diversificando as modalidades de execução, que além do tradicional sistema Mutirão, conta também com recursos de compensação ambiental, além da contratação direta de empresas especializadas.

Em virtude do alto volume de projetos implantados no período de 2010 / 2015, que trouxe como consequência para os dias atuais um quantitativo significativo de áreas jovens, atualmente o foco do programa está nas atividades de conservação e proteção das áreas recém-implantadas, em estágios iniciais de desenvolvimento, de forma a promover a consolidação das mesmas em florestas.

(SMAC)

TEXTO 5

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

(Fonte: Planos de Manejo Detzel)

A conservação da natureza constitui tarefa importante e essencial à garantia de vida mais saudável das populações humanas em suas cidades, e a preocupação com a qualidade desse ambiente reflete na adoção de políticas socioambientais que busquem a utilização máxima dos benefícios ecológicos, econômicos e sociais que as áreas verdes (vegetação) possam proporcionar.

Uma forma de conservar a natureza, especialmente as características naturais relevantes, é a proteção de áreas na forma de Unidade de Conservação (UC). Tais áreas protegidas, com objetivos e limites definidos, podem ser legalmente instituídas pelo Poder Público federal, estadual ou municipal.

As UC também constituem atrativo turístico, fomentando e ampliando o desenvolvimento local por meio da geração de novos empregos e redução das desigualdades regionais. A preservação dos recursos naturais e culturais constitui um dos fundamentos para a atividade turística, abrangendo ações de proteção e recuperação ambiental, estudos de impacto ambiental, planos de manejo e uso público de áreas de proteção ambiental, melhoria de serviços e equipamentos e adequação das áreas protegidas para o uso público.

No meio urbano, a conservação da natureza constitui tarefa essencial para a garantia do convívio saudável dos habitantes com sua cidade. A preocupação com a qualidade desse ambiente reflete em exigências cada vez maiores da população por políticas de proteção ambiental que privilegiem a manutenção de territórios de importância relevante na produção de benefícios ecológicos, econômicos e sociais.

No final da década de 1980 foram implantadas as primeiras UC municipais, observando critérios ecológicos e de planejamento relacionados à função ambiental desses fragmentos em ambiente urbano, buscando compatibilizar conservação de biodiversidade local e controle das pressões antrópicas por meio da formação de mosaicos e corredores (SMAC, 2004).

As Unidades de Conservação da Cidade - UCs são instrumentos de execução da Política de Meio Ambiente, conforme previsto no artigo 462 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (1990). O atual Plano Diretor do Município (Lei Complementar nº 111, de 01 de

fevereiro de 2011) consolida as figuras protetivas da Lei Federal 9.985 de 18/07/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, e, mantendo as diretrizes do Plano Diretor anterior, incluiu as APARU. Esta categoria não está prevista no SNUC, porém as regiões estabelecidas como APAs possuem os mesmos objetivos, ou seja, preservar as áreas de domínio público ou privado, dotadas de relevante interesse ambiental visando proteger a diversidade biológica, disciplinando o processo de ocupação, para assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Com UCs expressivas, o município do Rio de Janeiro tem grande preocupação com relação à pressão antrópica sofrida por essas áreas com ecossistemas relevantes, já que grande parte das UCs permeia áreas densamente urbanizadas.

Evolução das Áreas Protegidas

Segundo os Indicadores Ambientais da Cidade do Rio de Janeiro (SMAC/SMU/IPP-2005) o Município possuía, até a década de 1960, 97 hectares (ha) de áreas protegidas. Em 2004, já contava com 23.408 hectares de áreas protegidas, incluindo as de gestão federal, estadual e municipal, cujo crescimento ocorreu significativamente na década de 70, devido à criação do Parque Estadual da Pedra Branca (12.520ha) e da Reserva Biológica de Guaratiba (3.360ha), voltando a variar a partir dos anos 90.

De 2005 até os dias atuais foram criadas, a partir do ano de 2009 até o ano de 2013, a APARU Complexo Cotunduba - São João/2009 (383,69 ha), APA do Morro do Cachambi/2007 (142,41 ha), APA Paisagem Carioca/2013 (204 ha), PNM Paisagem Carioca/2013 (159,82 ha) e o PNM Barra da Tijuca - Nelson Mandela (162,95 ha), este último pelo Decreto 34.443/2011 e Lei Complementar 133/2013. Pode-se citar, também, a criação do Monumento Natural das Ilhas Cagarras (105,93 ha), através da Lei Federal Nº 12.229, de 13 de abril de 2010.

Assim o Município teve uma ampliação de suas áreas protegidas em mais de 1.150 ha, ressaltando as superposições que existem.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei Federal 9.985 de 18/07/2000)

1. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL:

PNM – Parque Natural Municipal: Os Parques Naturais tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

MONA – Monumento Natural: tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

REBIO – Reserva Biológica: tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL:

APA – Área de Proteção Ambiental: é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida

e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico: uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

(SMAC)